



GT 07. Antropologia da Técnica

Coordenador(es):

Jeremy Paul Jean Loup Deturche (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Júlia Dias Escobar Brussi (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Sessão 1

Debatedor/a: Carlos Emanuel Sautchuk (UnB)

Sessão 2

Debatedor/a: Eduardo Di Deus (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 3

Debatedor/a: Fabio Mura (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

A 4ª edição deste GT busca dar continuidade às reflexões e discussões iniciadas na 29ª RBA, além de seguir contribuindo para a ampliação do interesse pelo tema e a consolidação desta área de estudos na antropologia brasileira. Quando tratamos de técnica no sentido maussiano, como « ato tradicional eficaz », é necessário, seguindo Sigaut, sempre lembrar que não temos acesso direto às técnicas em si. O que vemos são pessoas fazendo coisas. Nesse sentido, este GT tem um interesse particular nas mais diversas práticas e fazeres, que implicam na interação entre humanos e não-humanos (artefatos, plantas, animais, minerais e ambiente de modo geral) e envolvem habilidades, escolhas, hierarquias e transformações. Tais fazeres parecem ser uma chave importante para o entendimento das diferentes formas de se « estar no mundo », não dentro de uma ótica estritamente materialista, mas na perspectiva da produção de conhecimento, ou do habitar o mundo. A partir de uma abordagem dos processos técnicos se busca apreender como « se pensa com a mãos » e refletir sobre esses fazeres em sua dimensão social, inseridos em composições sociotécnicas e políticas complexas. Considera-se, assim, de grande relevância os trabalhos que dialoguem com essas temáticas e que privilegiem aspectos etnográficos e análise descritivas de processos técnicos.

?Arqueologia dos Vivos?: as técnicas de atração, pacificação e de proteção dos índios isolados

Autoria: Clarisse do Carmo Jabur (UNB - Universidade de Brasília)

Esse work faz parte de um projeto maior, com o objetivo de analisar o relacionamento social, cultural e político entre os povos indígenas isolados e os indigenistas representantes do Estado, o qual consideraremos como engendrado com uma comunicação própria, não verbal e mediada a partir de objetos, gestos e movimentos na paisagem. Diferente da abordagem etnológica clássica (Viveiros de Castro, 1999), consideraremos o processo de contato entre povos indígenas e representantes do Estado como um sistema sociotécnico (Pfaffenberger, 1992:493), composto por técnicas oficiais, normatizadas e institucionalizadas de relacionamento com os índios isolados, de atração, pacificação e de proteção. Pretendemos explorar a transformação desse sistema sociotécnico a partir das mudanças ocorridas na política indigenista oficial sobre os povos indígenas isolados. As técnicas, apesar de possuírem normas e regras, possuem um grande espaço para o improvisado frente às várias contingências. Assim, também propomos ressaltar o caráter diverso da aplicação dessas técnicas. Ou seja, mesmo técnicas semelhantes foram aplicadas de maneira sempre singular, pois cada processo de contato é único. Pretendemos identificar, em diferentes processos de contato, regras e mecanismos estabilizados e passíveis, portanto, de serem comparáveis mapeando e analisando os



fos desse emaranhado através das relações existentes entre os objetos do contato, os sertanistas e os índios. Essas relações serão lidas inspiradas em Ingold (2012), concebendo esse fluxo como um continuum de relações. Os objetos desempenham um papel central como mediadores das relações entre os povos indígenas e os sertanistas: tanto os objetos utilizados para atrair e os índios isolados, quanto os artefatos deixados pelos índios para os sertanistas. Esses objetos do contato podem ser examinados como ?artefatos sociotécnicos? que propiciam uma comunicação não verbal durante a execução das técnicas de atração, de pacificação e de proteção. São objetos potentes que pacificam e/ou que hostilizam, trazendo à tona as relações que pretendem ser estabelecidas. Para fins analíticos, compararemos duas fases do desenvolvimento da política indigenista brasileira: 1ª fase) 1917-1986 - era rondoniana das atrações e das pacificações; e 2ª fase) 1987 - dias atuais ? as mudanças na política de proteção aos povos indígenas isolados. Conceber o processo do contato como um sistema sociotécnico deve ampliar o escopo de visão sobre o relacionamento entre os sertanistas e os índios isolados.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: